

## 8. Género

### **Mulher, Terra, Pertença: o campesinato brasileiro e as identificações dos corpos femininos**

Alves, Ana Laura de Melo; Carvalho, Joelson Gonçalves de (orientador);

anaalves.fms@gmail.com; joelsonjoe@yahoo.com.br

Universidade Federal de São Carlos

---

#### **Resumo**

A vida no campesinato brasileiro é marcada por processos de resistência e luta, realizados por pessoas que têm suas vidas circunscritas por trajetórias que as colocam em algumas categorias de identidade - esta compreendida pelo conceito cunhado por Stuart Hall (1996) -, definidas, seja pelo: Estado Brasileiro, Movimentos Sociais ou pela Auto identificação. A pesquisa tem por objetivo central analisar as formas de categorizações existentes a respeito da mulher residente no meio rural, nestas três esferas de categorizações, realizada por meio do método da história oral, junto a ferramentas de escuta e observação participante, ativa e crítica, buscando compreender a trajetória de mulheres camponesas do assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena, localizado no município de São Carlos/SP, buscando visibilizar as maneiras que tais mulheres se auto-identificam. Ao abranger a construção de identificações tecidas na vida destas mulheres, almeja-se, ao final da pesquisa, desenhar uma rede de compreensões a respeito das trajetórias de vidas destas em busca pelo direito ao acesso à terra. Como resultado parcial compreendemos que as mulheres se identificam enquanto mulheres da agricultura familiar, identidade esta que se relaciona sobre como o Estado brasileiro cria e dissemina políticas públicas para os camponeses em geral e para estas mulheres em específico.

**Palavras-chave:** mulheres camponesas, políticas públicas, movimentos sociais, identificações.

## Introdução

A vida no campesinato brasileiro é marcada por processos de resistência e luta, realizados por pessoas que têm suas vidas circunscritas por trajetórias que as colocam em categorias de identidade criadas pelo Estado, movimentos sociais e de auto identificação, a mulher que reside no meio rural, a exemplo: mulheres rurais, mulheres camponesas, mulheres camponesas, mulheres do campo, mulheres assentadas, mulheres da agricultura familiar. Partindo dessa consideração, este artigo apresentará resultados parciais de uma pesquisa maior a respeito das categorizações nos corpos femininos que residem no campo brasileiro. Para o cumprimento total da pesquisa será realizado uma análise a respeito das identidades existentes nas três esferas.

A fim de elucidar as questões levantadas pelo trabalho, o artigo será dividido em três partes. No primeiro tópico, buscamos realizar apontamentos sobre o local da pesquisa e o que compreendemos por mulher camponesa, suas especificidades no Brasil e contextualização sócio-histórica. No segundo compreender o debate sociológico no que tange as identificações nos corpos das mulheres camponesas,

partindo de dois pensadores Stuart Hall e Kwane Appiah. E, por último, apresentamos os resultados parciais e considerações finais

## Objetivos

Por objetivo principal, buscamos compreender os processos sócio-históricos que norteiam a vida das mulheres camponesas do PDS Santa Helena, localizado na cidade de São Carlos-SP. Pretende-se contribuir com o debate da questão agrária no Brasil e a luta pelo acesso à terra, a partir das percepções de mulheres assentadas do campesinato brasileiro e assim, estimular novas perspectivas analíticas para o ser mulher camponesa.

## Materiais e Métodos

A pesquisa vem sendo desenvolvida desde fevereiro de 2018, com visitas técnicas, orientações e revisão bibliográfica. Sua realização ocorreu por meio da técnica “bola de neve”, esta consiste em delimitar os sujeitos da pesquisa conforme indicações, assim, ao entrevistar uma mulher camponesa, ela nos indica outra para a pesquisa, com entrevistas semiestruturadas e observação participante, esse movimento consiste em

permitir que a conversa conflua em conjunto às especificidades do momento, respeitando tempo e espaço dos envolvidos. A caminhada pela reconstrução de histórias singulares permite uma viagem a vivências guardadas na memória, um cruzamento entre memórias de experiências individuais, nos permitem compreender e construir a memória social, qual tratamos por memória coletiva.

De acordo com a historiadora Silvia Federici (2017), os movimentos históricos camponeses em solo brasileiro e em outros países, têm marcados em seus modos de vida e prática social a luta e resistência para o acesso à terra, movimentações estas que são caracterizadas pela efetivação da vida como práxis. Nesse sentido, o movimento pela “terra para quem nela trabalha” é complementado pela ideia de que “sem Reforma Agrária não há democracia”.

## Resultados e Discussão

### I. O Santa Helena

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena, criado em 2005, é composto por 14 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em

julho de 1970 pelo governo federal, possui uma área de 102,5 hectares. Por estar localizado em uma área de recarga do Aquífero Guarani, o assentamento representa uma área de grande interesse e importância ambiental. A organização do assentamento é feita pela Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena, criada em 2011, tem por intuito o fortalecimento das atividades coletivas e é uma ferramenta para conseguir recursos externos para melhorar a infraestrutura, vivências e atividades produtivas, para o local. Esta é constituída por agricultores familiares que vivem a agroecologia, buscando resgatar saberes e conhecimentos tradicionais para o manejo da agricultura, cuja produção se faz com o princípio da sustentabilidade.

### II. Aspectos sobre a mulher camponesa no Brasil

Nossas raízes históricas nos fazem sujeitos atravessados por cadeias de significados que nos codificam, delimitam espaços de vivências, nos constroem por dispositivos de controle sociais e assim nos alocam em subjetividades e memórias feitas pelo eurocentrismo e escravidão, colonização de exploração, corpos enclausurados e de episteme racializada.

Em nossos corpos existem marcas, tais como: gênero, raça, etnia, nacionalidade e nos identificam. Faz-se necessário enfatizar que em meio a essas linhas há processos de resistências, sujeitos cuja a agência contra a colonização ressignificam a história do ser brasileiro. É a partir dessas considerações, de atravessamentos na formação dos sujeitos e com o prisma da resistência para pensar processos sócio-históricos, que esta pesquisa se propõe analisar especificamente a mulher camponesa no cenário brasileiro, a partir do recorte: mulheres camponesas do Assentamento Santa Helena.

A mulher, em sua formação na sociedade patriarcal, coube o dever de cuidar da casa, dos filhos e não ter acesso à escola e ao trabalho. No caso da mulher camponesa, ainda existia o impeditivo de participar da luta pelo acesso à terra de maneira significativa, tendo sua participação pormenorizada, “[...] exclusão da maioria de mulheres dos direitos à terra significou sua exclusão da participação em associações e cooperativas que tomam decisões importantes, administrando planos de produção e infraestrutura bem como investimentos sociais, etc. nos assentamentos” (Deere, 2004, p. 191).

Os processos de exclusão são latentes a mulher camponesa. Com o papel de reproduzir a estrutura familiar da colônia, ela não tinha direito de ter seu nome na titulação da terra – o Estatuto da Terra de 1964, legislação que até 1985 concedeu o direito à terra aos chefes de famílias –, assim como o direito a aposentadoria. Outros processos como este foram estabelecidos em termos conjugais. Há diversos casos em que as mulheres foram expulsas de suas casas por companheiros, fato que as faziam se deslocar em busca de outro espaço na espera de encontrar uma terra para viver. Em outros casos, o homem é quem abandona a mulher e seus filhos, mesmo estes podendo ficar na casa e na terra, não significava ter plenos direitos às mesmas.

A Constituição de 1988, é um marco para a luta das mulheres do campo. Todavia, foi apenas em 2000, que o direito da mulher à terra passou a compor uma agenda política voltada para este fim dentro do movimento das mulheres e só três anos depois na agenda do governo. A criação da Lei Ordinária n.º 981/2003 tornou compulsória a inclusão da mulher no acesso à terra de Reforma Agrária. A luta da mulher camponesa pelo reconhecimento da jornada de trabalho

constituiu-se, por vezes, pelo não julgo destas enquanto mulheres trabajadoras do meio rural. Seja o trabalho produtivo (não pago, realizado em ambiente familiar), seja como assalariadas temporárias ou durante o exercício contínuo do trabalho na agricultura (este, reprodutivo e não pago), ambos têm sido invisibilizados e desvalorizados. Nesse sentido, a luta se faz também pelo seu reconhecimento profissional, mulher trabajadora rural, fato que diante das políticas públicas configura uma categorização de suma importância para o acesso de direitos.

As opressões destas mulheres foram e são diretamente relacionadas com questão de gênero. Precisamos explicitar que o conceito de gênero é aqui entendido enquanto um molde feito tanto pela socialização quanto pela experiência de vida, dessa maneira, construído sócio-historicamente e por um aparelho semiótico, por meio de um sistema de representações que atribuem significados, valor, prestígio, status na hierarquia social, portanto, uma categoria analítica de representação que tem implicação direta na realidade concreta. Segundo Laurentis (1987), gênero é uma complexa tecnologia política, que tem efeitos produzidos nos

corpos, oriundos de processos herdados do patriarcado.

A mulher trabajadora rural, sem direito à sindicalização, seus documentos as colocavam como domésticas, mesmo trabalhando na roça, sem direitos a quaisquer seguranças relacionadas a acidentes de trabalho, nem aposentadoria (salvo em casos de morte do cônjuge ou quando estivesse com mais de 70 anos), sem salário maternidade, sem voz ou participação política dentro dos sindicatos.

A questão do reconhecimento político dessas mulheres, configura um processo que ocorre por meio da categorização do Estado, por isso, a reivindicação e a identificação feita por meio de relações de pertencimento étnico, que consiste na solidariedade entre um grupo de pessoas, conceito criado por Appiah. Assim, a identificação da mulher rural como trabajadora, se faz essencial no plano de políticas públicas para assegurar seus direitos e promover reconhecimento social, processo que possibilitou também as mulheres serem sócias e dirigentes dos sindicatos, sem depender de homens relacionados às mesmas, como pais, irmãos, filhos, maridos e parceiros.

Com o trabalho produtivo invisibilizado sendo posto a pensar e sendo ponto de pauta de luta para mulheres, o acesso a esse direito por meio de política pública, ressignifica o ser mulher no meio rural. Segundo Schwendler (2015), podemos inferir que existe no limiar e no seguimento da luta pela terra um projeto de cunho pedagógico de reconstrução dos papéis de gênero. Dentro dos limites existentes e assegurados pelos regimes patriarcais de gênero, reproduzidos em espaços distintos, no mundo privado e nas instituições; escola; partidos; movimentos sociais; segmentos religiosos; mercado e o Estado, as mulheres passaram a participar como protagonistas em espaços nacionais e internacionais. Neste interim, podemos citar como exemplos a Conferência de criação da Via Campesina em 1993, na Bélgica; a Conferência da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas, em 1994, no Peru e, no Brasil o Encontro Nacional da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que fundou a Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que luta para assegurar direitos adquiridos na Constituição, tais como aposentadoria e assistência à saúde, tinham por principal objetivo obter

documentos pessoais pois estes representam uma conquista na “cidadania” dessas mulheres. (Deere, 2004, p. 189).

Esta associação, em 1997, organizou a Campanha de Documentação Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento, com o lema: “*Sem documentação não somos consideradas pessoas! Não somos reconhecidas como seres humanos! Sem documentação não existe cidadania*”. A documentação é uma pré-condição para elas serem aptas aos benefícios de previdência social. Assim, observa-se um movimento de empoderamento, dentro da reivindicação por direitos no campo das políticas públicas, em meio aos movimentos sociais e a relação intrínseca na articulação interna e externa, uma ação estratégico-organizativa. Assim, às identidades da mulher campesina foram sendo ajustadas e sentidas por meio de lutas nacionais e locais na busca pela garantia de seus direitos.

### III. Identidade?

Identidade é um marcador social como religião, gênero, raça, nacionalidade. Pode ser entendida enquanto “características sociais compartilhadas

pelas pessoas” (Appiah, 2016, p.17). Até os anos 50, identidade era o que distinguia as pessoas e não o que as aproximava, atualmente podemos pensá-la de muitas formas. O debate que tangencia as identidades nos auxilia a compreensão do que é ser uma mulher camponesa no Brasil, para tal empreendimento utilizaremos dois pensadores da área Kwame Appiah e Stuart Hall.

Segundo filósofo e escritor anglo-ganês Kwame Anthony Appiah, podemos considerar três dimensões da identidade. A primeira, nos afirma que para que as identidades existam se fazem necessários os rótulos, as pessoas pensam sobre si e reagem aos rótulos, a partir das reações constituímos nominalismo, o ser ‘brasileiro’, ‘baiano’, ‘santista’. É preciso que sempre exista um rótulo, o que não significa que não possam ser utilizados mais de um para se definir uma mesma identidade, estes se encontram em circulação. A segunda, são as normas associadas às identidades sociais, esta trata das formas de comportamento das identidades, normas de tratamento e como devemos ou não agir e atuar com pessoas de x identidade. Dessa forma, a identidade é normativa, a norma cria uma regularidade comportamental, elas podem ser

contestadas, são diversas e caminham conforme as identidades. A terceira, deriva da dimensão normativa, quando pessoas que pelos rótulos se identificam como x, agem às vezes segundo o próprio rótulo. Assim, a razão de agirem como o fazem é em função de serem movidas pela ideia de terem razões para fazerem algo por serem essa tal pessoa x.

Appiah (2016) nos explica que as identidades são essencialmente subjetivas e agem diretamente nos pensamentos e ações de seus portadores, são classificadas pelo autor como nominais, normativas e subjetivas. As identidades subjetivas são ligadas diretamente a vida ética dos indivíduos, no sentido de reflexões sobre o que faz a vida ir bem, o que significa ter eudaimonia, melhor traduzido como florescência ou felicidade, ligada às moralidades. Cada vida possui uma medida, estas são padrões de percepções que permitem às pessoas decidirem se a vida está ou não bem-sucedida, ela é sentida e entendida por cada um de nós, cabem como parâmetros de projetos, são escolhas que os agentes têm para si. Geralmente estas são divergentes de pessoa para pessoa. Nesse sentir, outras pessoas podem ofertar ajuda ou conselhos sobre como levar a vida,

contudo, frisa Appiah, que isto não significa que estas nem o Estado, (governo, mesmo que sejam movidos pelo interesse “na perfeição de seus cidadãos”) podem empreender coerção e não conselhos, ou seja, nem coerção privada nem pública.

Existe uma diversidade de identidades ligadas aos processos de identificações, algumas nos permitem compreender e determinar nossas medidas, outras a viver sob tais normas e concepções mundanas, como as religiões. Atualmente existem as mais distintas profissões fato que gera uma infinidade de identidades. No prisma da ética, seguindo a terminologia kantiana, as identidades existem para a construção de nossas vidas, vistas como essenciais neste processo, posto que, são partes significativas de como construímos a moralidade, como tratamos uns aos outros. Às identidades “estão entre as mais importantes ferramentas socialmente mantidas e transmitidas para construir uma vida” (Appiah, 2016. p. 23).

Às identidades coletivas, advindas da política do reconhecimento, de pessoas que se encontram em identidades que são formadas pelas sociedades constituem implicações diretas em suas vidas, algumas são tratadas com desprezo

“mulheres, negros, judeus, homossexuais” (Appiah, 2016. p. 26), estas pessoas passaram a constituir suas identidades não como limitações ou insultos, mas com valoração de quem são. Avançam ao exigir que as sociedades as reconheçam, ao resistir aos estereótipos e tentar eliminar restrições, pois passam por movimentos de exclusão, negação da estima, corrosão do auto respeito. Assim, a questão central desta problemática identitária são suas implicações pois estas mantêm pessoas específicas longe de emprego, educação, trabalho, dinheiro e poder. Outras muitas vezes, vão lutar para se manterem vivas. Mais importante para o autor e para esta que lhe escreve, são políticas de redistribuição de educação, dinheiro e poder. Reivindicações políticas que advêm em nome de identidades xs nem sempre estão necessariamente buscando reconhecimento, ao lutarem pelo voto mulheres e negros, lutam pelo direito de votar e não, somente, por serem reconhecidos.

Na contemporaneidade, as classes sociais se relacionam diretamente com as identificações de pessoas, a política de identidade se liga cada vez mais com as identificações subjetivas, que aumentaram no Ocidente desde 1960, Appiah (2016)

nos explica que no restante do mundo, as identidades políticas importantes não se baseavam em classes sociais, mas sim nas questões de etnicidade; etno regionais; religiosas baseadas em castas; identidade nacional; questões de raça; entre outras. Conforme as identidades, às pessoas compartilham objetivos e coube aos Estados promoverem ou retardarem os mesmos. Assim, a “conexão entre identidade e política constitui-se, nesse caso, de normas de identificação; é uma conexão interna pode-se dizer”. ( Appiah, 2016, p. 28).

As identidades etnoraciais são ligadas por comportamentos diversos, como a culinária; modos de falar; vestir; religiosidade e o abandono destas não implica que você deixou de fazer parte deste ou daquele grupo étnico. É nas identidades etnoraciais que se encontram muitas vezes, a mulher campesina. No campo identitário étnico racial as formas de sentir e agir importam de maneira substancial, “espera-se que se conforme as normas de solidariedade. Ao contrário do que se dá com as normas comportamentais gerais, sem solidariedade não existe etnicidade, dessa forma, as identidades etnoraciais estão sempre mobilizadas para a solidariedade.

Para que exista solidariedade os objetivos têm de promover os interesses de todos os envolvidos, além de evitar comportamentos que desmerecem os xs aos olhos dos outros, este sentimento e vivência permitem que as pessoas envolvidas possam construir uma coalizão estratégica para a vida política. A maior parte das identidades religiosas também se mobilizam para a solidariedade.

Identidades sociais são diversas, e contém as esferas: nominais; subjetivas; normativas; funcionam mediante a rótulos e são associadas às normas que moldam as atividades dos portadores de rótulos. A identidade da mulher camponesa se faz diretamente ligada às questões subjetivas, normativas e normais.

#### **IV. Identidade transmuta?**

As contribuições do sociólogo jamaicano Stuart Hall (2000), nos auxiliam a compreender o debate, todavia, sua contribuição se afasta da noção essencializante e se aproxima de uma concepção de identidade estratégica e posicional. A identidade para Hall (2000), não assinala um núcleo estável do eu, mas designa uma construção prática e discursiva que está constantemente apta a processos de transmutação. Dessa forma,

às identidades não são unificadas como na modernidade tardia, encontram-se “cada vez mais fragmentadas e fraturadas; elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos” (Hall, 2000, p. 108), estando sujeitas ao movimento histórico, se encontram em constante transmutação.

As práticas de representação são realizadas por posições, ou seja, aquele que enuncia o faz de algum lugar e aquele que a quem se fala pertence a outro lugar e nunca são idênticos. Esse processo nos permite entender que a identidade não é sem problemas ou algo transparente, para Hall (1996), ela tem de ser pensada como uma produção constante e nunca se completa, se constrói internamente e não externa por meio da representação. O eu que fala de si, pensa sobre si mesmo, cria enunciados que são constituídos de um lugar, cultura e tempo particular. Assim, tudo que dizemos está em um contexto posicionado, a identidade cultural pode ser entendida como a partilha de uma cultura, de ancestralidade e histórias comuns, refletindo assim experiências compartilhadas e códigos sociais, que se tornam quadros de referência. Em

sociedades pós-coloniais, como ocorre com o Brasil, redescobrir a identidade cultural é uma busca pela esperança de compreensão para além dos traumas advindos do processo colonizador.

Segundo Frantz Fanon, o psiquiatra e filósofo francês, a colonização não se satisfaz somente em manter um povo em suas garras e esvaziar o cérebro do nativo de toda forma de conteúdo, controlando assim sua episteme. Por uma espécie de lógica perversa, ela não só volta ao passado dos povos oprimidos, como a distorce, desconfigura e por vezes, a destrói. Assim, tal forma de pensar seja uma produção de identidade baseada em re-contar o passado, uma reunificação da imagem por conexões re-estabelecidas. Estas imagens constroem uma coerência imaginária “à experiência da dispersão e fragmentação, que é a história de todas as diásporas forçadas”, (Fanon *apud* Hall, 1996, p. 69). Outra forma de se pensar a identidade cultural é por meio de pontos de similaridade que não se deslocam dos pontos críticos de diferença profunda para constituição do *nós*, ou conforme o autor nos explica, com a história intervindo no que nós nos tornamos.

Identidades culturais possuem história, e como tal, sofrem transformações

constantes, longe de estarem fixas. Todo regime que tem a capacidade de representação é este instituído de poder. Pois posicionar um sujeito ou pessoas enquanto 'os outros', advindo de um discurso dominante é diferente de sujeitar estas pessoas a esse 'conhecimento', existe uma conformação subjetiva à norma, quando não há resistência "a seus silêncios, produz, na frase vívida de Fanon, indivíduos sem uma âncora, sem horizontes, sem cor, raízes, Estado - uma raça de anjos". (Hall, 1996, p. 70). Ao considerar tais elementos para pensar a identidade cultural, entendemos que esta não tem origem fixa, ao qual podemos retornar, ela possui efeitos materiais e simbólicos. Às identidades culturais são constituídas após uma separação, são atravessadas pela *memória*, *fantasia*, *narrativa* e *mito*. Destarte, tornam-se pontos de identificação, estes instáveis e sob sutura, feitos no interior da cultura e da história, não é essencial é posicional. Para pensar as identidades o autor nos apresenta que estas podem ser enquadradas em dois vetores e que estes devem ser pensados de forma dialógica, são eles de: **i)** Similaridade e Continuidade (continuidade com o passado, certo embasamento) e, **ii)** Diferença e Ruptura (o

que compartilhamos é precisamente a experiência de uma descontinuidade profunda).

Sendo a separação da África uma das rupturas mais traumáticas na história do mundo moderno, retornar ao país de origem constitui o duplo choque de similaridade e diferença, pois já se experimentou esse choque ao sair de sua terra. Ao negociar nossas identidades nos tornamos diferentes, mesmo que com histórias e processos singulares próximos. No caso da mulher camponesa, esta é mulher e camponesa, constitui similaridade e diferenças críticas com mulheres, por possuir tais movimentações a identidade se constitui enquanto rasura, não é fixa nem estável, é feita por um processo constante de disputa, se faz por interpretações do eu e o nós, é assim, social, interativa e relacional. A identidade sob rasura se faz por meio de solidariedade de um chamamento, que é diverso e com muitos marcadores de diferenças, alicerçada pela mutabilidade histórica. Deste modo, sujeitos não têm uma identidade fixa, permanente e essencial, mas sim construção, um processo em andamento, dinâmico e incompleto. Identidades híbridas são complexas, vivem com e através da diferença e não apesar

dela, pela hibridez. É um produto último da combinação de culturas diversas, é a experiência como resultado da diáspora e assim, transmuta.

#### **V. Florescer - Florescência**

Na modernidade tardia as identidades modernas passaram a ser descentralizadas, segundo Hall (2006), isto configura-se na análise de teóricos pois estas estão entrando em colapso, num movimento duplo de deslocamento ou descentração do sujeito. Pois ao final do século XX, as sociedades modernas estão se transformando em sua estrutura, fato que tem fragmentado “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” (Hall, 2006, p.9), em um passado recente tinham uma localização sólida, estável, como indivíduos sociais. Junto a estas transformações, existe o mesmo movimento para as identidades pessoais, como uma perda do sentido de si, o que para estes autores configura uma crise de identidade, deslocando-se nas incertezas e dúvidas. Dessa forma, as sociedades estão caracterizadas pelas diferenças sociais, fato que produz posições do sujeito, ou seja, identidades, que caminham junto a infinidade dos indivíduos. Nesse sentido, o autor nos

indaga, não estaria a modernidade sendo transformada?

Os processos de identificação se formam por meio de interações entre o eu e a sociedade, permanece o núcleo do “eu real” mas se modifica ao passo das interações com mundos culturais exteriores e os indivíduos destes. Este entendimento preenche um espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público, o que ocorre ao projetarmos nós mesmos em identidades culturais é que “internalizamos seus significados e valores, tornando-os parte de nós, nesse movimento, a identidade sutura o sujeito à estrutura. Sendo assim, estabiliza os sujeitos e os mundos culturais que estes habitam, ambos se tornam de maneira recíproca unificados e predizíveis.

Agora os sujeitos são fragmentados e compostos por várias identidades, o processo de identificação tornou-se variável, provisório e problemático. Esse movimento produz o sujeito pós-moderno. Como já posto neste trabalho, a identidade “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”, (Hall, 2006, p.12). A narrativa do eu nos permite compreender as dimensões sobre como a

persona pensa e sente sobre si, sobre o mundo, sobre suas interações e sua vida. Se identidades produzem sujeitos e são feitas pela articulação destes, estas podem ser contraditórias, se cruzarem ou se deslocarem mutuamente. O fato é as identificações são politizadas e estão em um processo de transição de uma política de identidade classista para uma política de diferença.

Identificações constroem a vida, ajudam a delimitar e sentir, proporcionam metas e projetos, assim como um suporte solidário para acompanhar no dia a dia, para moldar as escolhas, os planos, direções e visões de mundo. Algumas desempenham funções no nosso mundo íntimo, outras para lutas sociais e entraves na vida pública ou podem compreender várias esferas da vida social. Dessa forma, às identificações são parte importante da constituição do eu na vida moderna, são desalojadas e florescem.

### **Conclusões: A identidade da mulher camponesa: Agricultora Familiar?**

Ao analisarmos políticas públicas voltadas às trabalhadoras e trabalhadores do meio rural, é possível perceber que a escolha da identidade da mulher camponesa, condiz com a identidade

formada pelo Estado, “agricultora familiar”. Essa percepção advém de conversas semiestruturadas que foram realizadas com integrantes da pesquisa, nestas é possível perceber que ao se entenderem e falarem de si pela identidade de mulher da agricultura familiar, “sou agricultora familiar”, estas mulheres se veem ligadas às políticas públicas e condicionam sua identidade com a criada pelo Estado brasileiro a fim de terem seus direitos assegurados e garantidos. O termo agricultura familiar foi cunhado na década de 90, antes disso, “pequenos proprietários arrendatários, parceiros e outras categorias sociais eram denominadas camponeses, definição que se opunha aos latifúndios existentes” (Rossi, 2012, p. 26). Assim, é possível inferir que a identidade da mulher camponesa se faz intrinsecamente ligada às políticas públicas.

Ser agricultora familiar torna-se a principal identidade vinculada a mulher que reside no meio rural na cidade de São Carlos/SP. Os programas vinculados ao governo nas suas esferas, federal, estadual e municipal, abarcam uma série de políticas públicas. Uma das principais políticas públicas é a desenvolvida pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar

e do Desenvolvimento Agrário que organiza o acesso às políticas públicas, como a DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que concede acesso a créditos para a geração de renda para agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A DAP foi criada para identificar a agricultora e o agricultor familiar, esse documento permite acesso ao PRONAF, entre outros programas.

Em São Carlos/SP, cabe a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA) vinculada a prefeitura municipal, o desenvolvimento destas políticas públicas para agricultoras e agricultores familiares. Esta é responsável por orientar e conduzir o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que é desenvolvido na cidade desde 2006, pela modalidade Compra Direta Local com Doação Simultânea (CDLDS), com objetivo principal de adquirir alimentos locais dos agricultores familiares da cidade de São Carlos/SP e região, para abastecer equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como restaurantes populares, escolas, entre outros. Como apresentado, é preciso ter seu corpo identificado pelo Estado (representado nas políticas

públicas, secretarias, subsecretarias, por órgãos executivos e legislativos), que identificam essas mulheres, para obter acesso aos programas e políticas públicas que assegurem a mulher camponesa o acesso a seus direitos, ao trabalho e condições melhores para sua vida. Assim sendo, enquanto resultado parcial da pesquisa, compreendemos a existência de uma forte ligação das auto-identificações com a luta pelo acesso à terra e com as políticas públicas. Assim, podemos concluir que a identidade da mulher camponesa no Brasil pode ser entendida enquanto atravessada pela identidade fornecida pelo Estado brasileiro, a fim de conseguir acessar seus direitos, uma identidade estratégica posicional e de pertença étnica. Partindo dessas considerações para pensar a mulher camponesa no Brasil, coloco-me a pensar que as categorizações que constituem identidade nas três esferas, seguindo a teoria de Appiah, por 1. Estado compreende as identidades nominais; 2. Movimentos Sociais as normativas; 3. Auto Identificação, pode estar atrelada às três, nominais, normativas e subjetivas, mas sobretudo, esta última.

Com a inserção no mundo contemporâneo às interações são

múltiplas, do local para o global, virtual e concreto, do campo a cidade, é nesta última que se configura o espaço de maior trânsito da mulher do campesinato brasileiro. Deste modo, Hall nos permite compreender que às diversas conexões e suturas que constroem às identificações da mulher campesina perpassam suas distintas identidades, suas medidas, memórias e sua florescência. Ao serem definidas pelas trajetórias históricas dos sujeitos, compreende que estes assumam diferentes identidades no tempo, que não são unificadas no eu coerente, estas então, se deslocam. Por fim, é possível compreender que a identidade da mulher camponesa, fornecida pelo Estado brasileiro, agricultora familiar, entra para o jogo político e não se resume somente a esta identidade.

### Bibliografia

APPIAH, K. A. (2016). *Identidade como problema*. In SALLUM Jr. (Org.). *Identidades*. (Vol. 1, 2a ed., pp. 17-33) EDUSP.

DEERE, C. D. (2004). Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista de Estudos Feministas*. 12(1) pp. 175-204.

FEDERICI, S. (2004). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. (1a ed). São Paulo: Elefante, 2017.

HALL, S. (1996). *Cultural identity and diaspora*. In MONGIA, P. (Org.). *Contemporary postcolonial theory: a reader*. (Vol.1, 1a ed., pp. 110-121). London: Bloomsbury Academic.

HALL, S. (2003). *Introducción: quién necesita "identidad"*. In Hall, S. y Gay, P. (Org.). *Cuestiones de identidad cultural*. (Vol 1, 2a ed. pp. 13-39). Buenos Aires - Madrid: Amorrortu editors.

HALL, S. (2006). *Identidade cultural na pós-modernidade*. (11ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A Editora.

LAURETIS, T. (1987). *A tecnologia de gênero*. [S.l.: s.n.], pp. 1-30. Recuperado em 21 de maio, 2018, de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033218/mod\\_resource/content/1/LAURETIS%20C%20Teresa%20de%20-%20%20A%20Tecnologia%20do%20Gênero.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033218/mod_resource/content/1/LAURETIS%20C%20Teresa%20de%20-%20%20A%20Tecnologia%20do%20Gênero.pdf)

ROSSI, R. F. (2012). *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: Impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, SP, Brasil.

SCHWENDLER, S. F. (2015). O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*. Curitiba, (55), p. 87-109, Mar. 2015.